

Edwaldo Costa
Suélen Keiko Hara Takahama
(Organizadores)

COMPREENDENDO O PROCESSO DE INCLUSÃO



Edwaldo Costa
Suélen Keiko Hara Takahama
(Organizadores)

COMPREENDENDO O PROCESSO DE INCLUSÃO



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Compreendendo o processo de inclusão

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Edwaldo Costa
Suélen Keiko Hara Takahama

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C737 Compreendendo o processo de inclusão / Organizadores
Edwaldo Costa, Suélen Keiko Hara Takahama. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0085-1

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.851221805>

1. Inclusão. I. Costa, Edwaldo (Organizador). II.
Takahama, Suélen Keiko Hara (Organizadora). III. Título.

CDD 371.9

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Em atenção ao movimento mundial de inclusão, que enfatiza a necessidade de alcançarmos uma educação para todos(as), centrada no respeito e valorização das diferenças, a Atena Editora apresenta o Ebook “Compreendendo o processo de inclusão”, que aborda a concepção de educação inclusiva, constituindo um novo enfoque para a educação especial e trazendo contribuições valiosas para a reflexão sobre a transformação conceitual e prática do sistema educacional. A obra tem como objetivo ampliar e disseminar conhecimentos técnicos e científicos, estimular o intercâmbio de experiências entre os diversos profissionais e pesquisadores que atuam no processo de inclusão educacional e atendimento às necessidades educacionais especiais dos(as) alunos(as). Está organizada em dez capítulos que trazem assuntos como Transtorno do Espectro Autista, Formação do professor do Atendimento Educacional Especializado, Linguagem oral em pessoas com deficiência auditiva, Política de Inclusão, Educação Inclusiva, Extensão Universitária para estudantes com deficiência, Relações Étnico-Raciais na Legislação Brasileira, Inclusão do deficiente congênito no mercado de trabalho, Síndrome de Asperger e Estratégias de ensino da parasitologia para alunos com deficiência, oferecendo aos(as) leitores(as) informações que enriquecem a prática pedagógica.

Pretende-se também propor análises e discussões a partir de diferentes pontos de vista: científico, educacional e social. Assim, não podemos pensar em inclusão sem atingirmos o âmago dos processos exclusionários tão inerentes à vida em sociedade. Reconhecer a exclusão, seja ela de qualquer natureza e tome a forma que tomar, é o primeiro passo para nos movermos em direção à inclusão na sala de aula, na escola, na família, na comunidade ou na sociedade.

Como toda obra coletiva, esta precisa ser lida tendo-se em consideração a diversidade e a riqueza específica de cada contribuição.

Por fim, espera-se que com a composição diversa de autores e autoras, temas, questões, problemas, pontos de vista, perspectivas e olhares, este e-book ofereça uma contribuição plural e significativa.

Edwaldo Costa
Suélen Keiko Hara Takahama

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA GLOBAL (ECG), A AGENDA 2030 E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS NAS ESCOLAS REGULARES: UM (NOVO) DIÁLOGO FRENTE AOS ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Marcela Taís dos Santos Hungaro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8512218051>

CAPÍTULO 2..... 13

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Rita de Cássia Araújo Abrantes dos Anjos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8512218052>

CAPÍTULO 3..... 26

ANÁLISIS DEL LENGUAJE ORAL EN PERSONAS CON DISCAPACIDAD AUDITIVA: FUNDAMENTOS PARA LA INCLUSIÓN EDUCATIVA

Guadalupe Esther Gil Chávez

Araceli Contreras Robledo

Martha Mónica Salcedo Camacho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8512218053>

CAPÍTULO 4..... 38

A POLÍTICA DE INCLUSÃO ESCOLAR PARA SURDOS E OUVINTES: PRINCIPAIS DESAFIOS

Suélen Keiko Hara Takahama Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8512218054>

CAPÍTULO 5..... 50

ABORDAGEM DIAGNÓSTICA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REMOVENDO BARREIRAS CRIANDO OPORTUNIDADES

Marcia Aparecida Bento Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8512218055>

CAPÍTULO 6..... 64

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ICSA/ UFPA: RELATO E REFLEXÕES

Rubens da Silva Ferreira

Ana Maria Pires Mendes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8512218056>

CAPÍTULO 7..... 76

DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO DA “EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS” NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Valeska Nogueira de Lima

André Augusto Diniz Lira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8512218057>

CAPÍTULO 8..... 91

REVISÃO DA LEI DAS COTAS COM PROPOSTAS PARA MELHOR INCLUSÃO DO DEFICIENTE CONGENITO NO MERCADO DE TRABALHO

Regiane Borges Benjamim
Genivaldo de Souza Costa
Marcia Vilma Gonçalves de Moraes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8512218058>

CAPÍTULO 9..... 97

SÍNDROME DE ASPERGER E A INCLUSÃO NA SALA DE AULA: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Adriana Silveira Monteiro Rodrigues
Claudilene Ferreira de Almeida
Candida Waldira Corrêa
Cristiane Aparecida de Sales
Danielly Gonçalves da Silva Sarturi
Dilma Machado Lima
Edna Alexandre da Costa
Juliana Martins Braga
Miriam Kelen Ribeiro Alves
Raquel Leme Vieira
Selma Ojeda Teixeira
Susimara da Luz Veríssimo Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8512218059>

CAPÍTULO 10..... 109

ESTRATÉGIAS DE ENSINO DA PARASITOLOGIA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: UMA ABORDAGEM ATIVA

Clarissa Nascimento da Silveira Raso
Gerlinda Agate Platais Brasil Teixeira
Patrícia Riddell Millar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.85122180510>

SOBRE OS ORGANIZADORES 122

ÍNDICE REMISSIVO..... 123

CAPÍTULO 4

A POLÍTICA DE INCLUSÃO ESCOLAR PARA SURDOS E OUVINTES: PRINCIPAIS DESAFIOS

Data de aceite: 02/05/2022

Suélen Keiko Hara Takahama Costa

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Jataí (UFJ) e bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG). Especialista em Educação Especial (PUC-MG)
<http://lattes.cnpq.br/6672018912589028>
<https://orcid.org/0000-0002-7490-4913>

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma discussão sobre a importância do professor da educação básica em ter conhecimento sobre os aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), para a garantia do direito a inclusão desses alunos no ambiente escolar, uma vez que a comunidade surda não se limita apenas aos indivíduos surdos, pode incluir neste grupo todos os sujeitos que têm contato com o surdo, como membros da família, intérpretes, professores, colegas. Desta forma, para que de fato a inclusão aconteça é preciso que a comunidade escolar, principalmente o professor, tenha conhecimento dos aspectos culturais, linguísticos desses indivíduos para promover a relação entre o surdo com o ouvinte. Para tanto, utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Com este estudo pretende-se instigar a busca por possibilidades de metodologias que podem ser aplicadas no processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo. Todos têm potencial para aprender, mas para isso é necessário que professores, escola e família estejam aliados no

processo de desenvolvimento para garantir ao aluno o direito à aprendizagem e a inclusão.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Libras. Ensino e Aprendizagem.

THE SCHOOL INCLUSION POLICY FOR THE DEAF AND HEARING: MAIN CHALLENGES

ABSTRACT: The present work aims to present a discussion about the importance of the basic education teacher in having knowledge about the linguistic aspects of the Brazilian Sign Language (LIBRAS), to guarantee the right to include these students in the school environment, since the The deaf community is not limited to deaf individuals, it can include in this group all subjects who have contact with the deaf, such as family members, interpreters, teachers, colleagues. Thus, for inclusion to actually take place, the school community, especially the teacher, must be aware of the cultural and linguistic aspects of these individuals to promote the relationship between the deaf and the hearing. For that, we used as methodology the bibliographical research and documental research. With this study we intend to instigate the search for possibilities of methodologies that can be applied in the teaching and learning process of the deaf student. Everyone has the potential to learn, but for that it is necessary that teachers, school and family are allies in the development process to guarantee the student the right to learning and inclusion.

KEYWORDS: Inclusion. LIBRAS. Teaching and learning.

1 | INTRODUÇÃO

Durante anos, pessoas com necessidades especiais eram excluídas da sociedade e quando se tratava da educação, o aluno com deficiência, muitas vezes não frequentava as instituições de ensino, pois acreditavam que seriam incapazes de desenvolver as atividades propostas na escola.

No entanto, nas últimas década o tema inclusão vem sendo debatido e assunto de várias pesquisas, e teve na Declaração de Salamanca (1994) o seu ponto de partida.

Com o tempo o sistema de inclusão a Educação Especial foi se desenvolvendo. Porém, o processo de ensino e aprendizagem de pessoas com deficiências, entre eles os alunos surdos, requer um ambiente adaptado com materiais, equipamentos, tecnologia e também professores especializados capazes de atender as especificidades de cada um, como um intérprete de libras.

Desta forma, surge a necessidade de adaptar também o sistema de ensino regular e transformá-lo para atender pedagogicamente todos de forma inclusiva.

Contudo, muito dos profissionais da área da educação sentem dificuldades em ensinar as crianças com necessidades especiais, como surdez e outras deficiências, pelo fato de não se sentirem aptos para atender as necessidades dessas crianças. Diante do exposto, o presente trabalho parte do questionamento: É possível instrumentalizar o professor e preparar as instituições de ensino para que estas possam atender as necessidades dos alunos surdos e assim trilhar o caminho para a efetivação de uma escola inclusiva?

Sendo assim, pode-se olhar para a formação do educador como ponto de partida para o processo de estabelecimento da inclusão do aluno surdo. O professor precisa receber uma formação específica teórica e também prática para que fiquem aptos a atender com qualidade as situações do cotidiano dos alunos. Assim, a qualificação do professor como os demais profissionais da educação precisa ter o conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para saber lidar com esses alunos, visto que, são esses profissionais que fazem parte do processo de desenvolvimento da aprendizagem desses estudantes.

Parece uma tarefa complexa e é mesmo. Pensar em uma escola inclusiva é pensar em mudanças de valores da educação tradicional, o que leva o desenvolvimento de novas políticas e transformação de um sistema ainda excludente que segue um tradicional sistema estabelecido historicamente. Diante disso, o presente trabalho objetiva abordar sobre a importância do professor aprender sobre os aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais - Libras - para a inclusão do aluno surdo no contexto escolar, bem como as necessidades de investir na formação de mais professores para atendê-los, devido às dificuldades enfrentadas pelos professores.

Com esse estudo, profissionais da educação como um todo podem se fundamentar de teorias para o estabelecimento de sua prática em sala de aula. Somente assim com a

proposta de uma prática embasada em uma dinâmica de ação e reflexão que os docentes juntamente com os profissionais da educação podem efetivar uma educação inclusiva e assim proporcionar ao aluno surdo, como aos demais alunos com deficiências, a garantia do direito à educação.

Para tanto, o estudo partiu de pesquisas bibliográfica e documental. Assim, após a delimitação do tema, iniciou-se um estudo qualitativo.

Espera-se que esta pesquisa contribua no desenvolvimento da formação docente a partir dos conhecimentos e temas abordados e desta forma, sejam elaborados projetos pedagógicos que contemplem conceitos, princípios e estratégias educacionais inclusivas que respondam às necessidades educacionais especiais dos alunos e propiciem seu desenvolvimento social, afetivo e cognitivo.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Através de relatos da literatura percebemos que a educação, inclusão e aceitação dos deficientes foram processos marcados por lutas e mobilizações sociais ao longo da história da humanidade. Assim, mesmo após um avanço significativo, da inclusão da pessoa com deficiência no meio social, ainda se presencia cenas de limitações e discriminação com esses indivíduos. Segundo Goldfeld (1997) apud Araujo et al. (2015, p. 01):

Os surdos eram tratados com piedade e vistos como pessoas castigadas pelos deuses, sendo abandonados ou sacrificados. A surdez e a consequente mudez eram confundidas com uma inferioridade de inteligência. E até o século quinze foi visto como uma pessoa primitiva que não poderia ser educado. (GOLDFELD, 2015, p. 01)

Nos dias atuais o deficiente auditivo ganhou “um certo espaço” na sociedade, no entanto, para entender o cenário atual da educação inclusiva é preciso retroceder na história da educação.

De acordo com Miranda (2003), “a Educação Especial se caracterizou por ações isoladas e o atendimento se referiu mais às deficiências visuais, auditivas e, em menor quantidade, às deficiências físicas”. Desta forma, ainda a educação especial apresentava um cenário intrincado.

Segundo Guerra (2016), por volta da década de 60 que educadores e pesquisadores passaram a questionar sobre a educação segregada e como esse modelo de ensino não era possível a inserção de pessoas com deficiências na sociedade. Ainda segundo o autor “é posto um modelo de educação que passa a ser denominado integração escolar”.

Para Sassaki (1999), a integração consiste em “inserir as pessoas com deficiência nos sistemas sociais gerais como a educação, o trabalho, a família e o lazer”. Ainda segundo o autor, houve uma conscientização de que pessoas com deficiências deveriam estar inseridos no cotidiano social e conviver com as outras pessoas, no entanto manteve a concepção que esses indivíduos deveriam estar em locais protegidos, e assim é implantado

nas escolas comuns um sistema educacional em três níveis: Escola Especial, Classes Especiais e Classes Comuns.

Desta forma, esse molde de ensino tinha a percepção que conforme o aluno fosse desenvolvendo suas habilidades ele pudesse passar das escolas especiais para as classes especiais e então ser inseridos nas classes comuns. No entanto o que geralmente ocorria era que dificilmente o aluno chegava às classes comuns.

Conforme Guerra (2016):

O projeto era que conforme o aluno melhorasse sua performance, ele pudesse passar da Escola Especial para a classe especial e, posteriormente, para a sala comum. Porém, a passagem para a classe comum geralmente não acontecia, visto que a escola não se propunha a fazer nenhuma modificação para atender às necessidades da criança, a qual devia adaptar-se ao sistema imposto. (GUERRA, 2016)

Guerra (2016) ressalta ainda, que mesmo diante de tal avanço a escola ainda não estava preparada para acolher e assim desenvolver o aluno com deficiência. Foi então que após esse período e com mobilizações sociais que o processo de inclusão começou a ocorrer nas instituições de ensino.

No que se refere ao estudante surdo, o oralismo foi uma forma utilizada para fazer com que os surdos tentassem integrar-se na comunidade ouvinte e desenvolvessem uma personalidade como a de um ouvinte.

De acordo com Fernandes (2011, p. 39), “o Oralismo prevaleceu como filosofia educacional predominante no período que compreendeu a década de 1880 até meados de 1960”, se pensarmos em termos mundiais, porque no Brasil a Comunicação Total, que aparece logo após o Oralismo, chegou aos espaços escolares por volta de 1990.

O Oralismo vigorou durante muito tempo nos espaços educativos e à luz dessa abordagem profissional se formaram pedagogos, fonoaudiólogos, otorrinolaringologistas, todos acreditando nas incapacidades dos deficientes auditivos e trabalhando para promover a normalização dessas pessoas.

Na educação das pessoas surdas foram realizados grandes investimentos para equipar as escolas especiais com aparelhos de amplificação sonora, proporcionando aos surdos à prática da oralidade.

O oralismo percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada pela estimulação auditiva. Essa estimulação possibilitaria a aprendizagem da língua portuguesa e levaria a criança surda a integrar-se na comunidade ouvinte e desenvolver uma personalidade como a de um ouvinte. (GOLDFELD, 2002, p. 34).

Com o passar do tempo, em 2002, foi criada a lei 10.436 que regulamenta a Língua Brasileira de Sinais. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e

fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 1º “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.”

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais-Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais-Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais- PCNs, conforme legislação vigente (BRASIL, 2002, p.1).

Com este reconhecimento enquanto Língua, a difusão da LIBRAS começa a ganhar um novo olhar e valorização; resgata a cultura e essência do sujeito surdo e os “legaliza” na sociedade.

Entretanto, sua comunicação e interação em espaços do conhecimento ainda eram de total dependência. Apesar de já reconhecidos, o número de ouvintes usuários da língua era insatisfatório. No contexto escolar e acadêmico, os alunos dependiam de funcionários contratados que soubessem LIBRAS para realizar a mediação do conhecimento entre professor e aluno; aluno surdo e aluno ouvinte e vice-versa em ambos os processos.

Até que em 2010, amparados pela lei 12.319 da constituição federal, tem como direito constitucional a presença em contextos educacionais a presença do tradutor e intérprete de LIBRAS; agora profissão já regulamentada. A este fato, têm-se os artigos:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa [...]

E quanto aos respectivos deveres por parte do profissional; tem-se:

Art. 6º São atribuições do tradutor e intérprete, no exercício de suas competências:

I - Efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;

II - Interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o

acesso aos conteúdos curriculares;

III - Atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;

IV - Atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas;

V - Prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais (BRASIL, 2010, p. 1).

Em virtude dessas conquistas, é perceptível ainda que pequena, de uma valorização da cultura e ao mesmo tempo, sentimento de pertencimento de cultura por parte da comunidade surda, em que agora usa sua forma de comunicação a qual se tornara regulamentada e a sua mediação com falantes estaria sendo conduzida por profissionais especializados.

Vale ressaltar, que foi um grande avanço na história da educação dos surdos no Brasil, por colocarem em prática o respeito, à inclusão e a acessibilidade, enfatizando, porém, que a mesma não poderá substituir a escrita da língua portuguesa. E posteriormente foi regulamentada pelo Decreto Lei nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005).

O Decreto Lei nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, no artigo 2º, considera-se pessoa surda como “aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras” (BRASIL, 2005).

Surgiu a oportunidade de formação no ensino superior de letras-Libras, como também, cursos e nível superior de formação para tradutores/intérpretes de Libras, garantindo novas oportunidades para os interessados. De fato, esta Lei marcou momentos históricos para a educação, cidadania, cultura e identidades surdas em nosso país, que se colocou à frente de muitos outros países do mundo.

Mesmo com os avanços, para Quadros (1997) a inclusão ainda é uma tarefa complexa, visto que, o estudante surdo até se comunica por meio da LIBRAS na sala multifuncional com o professor especializado, porém, seria necessário que todos os professores e demais colegas soubessem pelo menos o básico. Desta forma, teríamos de fato a inclusão do surdo no ambiente educacional.

Entretanto, inúmeros são os desafios para que na perspectiva atual preconizada, a Libras e a Língua Portuguesa circulem em posição de igualdade, ao menos no que representam aos seus usuários quanto a direitos, nos diversos estabelecimentos comerciais, departamentos públicos e privados, nas escolas brasileiras e na sociedade como um todo. Mais do que a permissão quanto à circulação da Libras – haja vista que por muito tempo circulou às escondidas – deve ser de conhecimento da população e por ela respeitada, utilizada e valorizada.

Atualmente, de modo concomitante ao movimento em defesa do bilinguismo para surdos, integramos também um movimento em defesa da inclusão, que constitui

a garantia do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade para todas as pessoas, sociedade a ser orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação às diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida.

Especificamente na área educacional, há o direito que assegura o recebimento dessa educação nas escolas regulares por todos. Tais escolas devem se organizar para acolher os alunos e oferecer-lhes condições objetivas de aprendizagem para que, desse modo, sigam os princípios da educação inclusiva.

Aos alunos, a partir de suas necessidades especiais, devem ser disponibilizados os apoios extras necessários, intra ou interinstitucionais, para assegurar-lhes uma educação efetiva.

De modo semelhante ao bilinguismo, também na inclusão o planejamento e a operacionalização de propostas educacionais pautadas nesse paradigma no Brasil encontram obstáculos diversos essencialmente no que se refere à formação de profissionais e à constituição de serviços especializados requeridos.

O objeto da educação bilíngue é que a criança surda possa ter bons resultados comparado com a criança ouvinte, para que possa desenvolver uma relação harmoniosa no convívio social. O que diferencia as Línguas de Sinais das demais línguas é a sua modalidade visual-espacial. LIBRAS é uma língua natural das comunidades surdas, porém, não são universais, cada país possui a sua.

O bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar. Os estudos têm apontado para crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita. (Quadros 1997, p. 27).

Uma nova forma de educação numa proposta inclusiva, na qual todas as pessoas, com deficiência ou não, contém o direito de comparecer e relacionar-se numa mesma instituição e de estarem juntas sem nenhum tipo de discriminação.

A Convenção de Guatemala (1999), pelo Decreto nº. 3956/01 promulgada no Brasil, reafirma que as pessoas com deficiência possuem os mesmos direitos humanos e liberdades que as demais pessoas.

Por isso, o Atendimento Educacional Especializado tem como objetivo identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

Dessa maneira, aprender libras requer um esforço contínuo que pode ser favorecido por um processo de aprendizagem colaborativa que compreende a construção do conhecimento favorecida por meio de interações entre surdos e ouvintes (OLIVIERA; FIGUEIREDO, 2017, VYGOTSKY, 1998).

Por meio da interação com os surdos ou ouvintes fluentes, as trocas estabelecidas

na interação como o processo de conversarem sobre a estrutura da língua, ou sobre a cultura surda (processo de aculturação), dentro e fora de sala de aula, o aprendiz de libras tem trocas significativas e esclarecedoras sobre a língua de sinais. Ou seja, ele intensifica seu conhecimento e promove uma aprendizagem mais agradável e rica que resultará numa produção fluente e proficiente em língua de sinais.

Com isso, a LIBRAS se tornou uma ferramenta que possibilita a interação dos surdos e conseqüentemente apareceram os intérpretes de língua de sinais para auxiliar no processo de comunicação com as pessoas ouvintes.

Lacerda (2002) ressalta que a escola é o local onde é realizado o trabalho de interação do intérprete com os demais profissionais e por diversas vezes acredita-se que apenas com a presença desse profissional é possível sanar os problemas relacionados à inclusão da criança surda, mas, ao decorrer do tempo e através de reflexões cautelosas é perceptível que apesar da possibilidade de comunicação, certos problemas e lacunas permanecem como, por exemplo, ajustes curriculares e metodológicos.

Gurgel (2010) reforça que por causa da recente regulamentação da profissão, a formação dos intérpretes que atuam na educação é bastante heterogênea e com poucas alternativas. Somente em 2010 através da Lei nº 12.319 foi regulamentado o exercício da profissão de tradutor e intérprete de Libras, no art. 4 contém que a sua formação deve ser realizada através de cursos de educação profissional, extensão universitária e formação continuada. A comunidade surda vem empenhando-se pela defesa dos seus direitos, com o reconhecimento das Libras como língua potencializou avanços nessas conquistas.

A inserção da Língua Brasileira de Sinais no currículo da educação básica, assim como o profissional intérprete traria benefícios também na evolução da aprendizagem das crianças surdas, pois, desta maneira a inclusão seria mais efetiva. O ensino da Língua de Sinais deveria ser obrigatório para todos, surdos e ouvintes. Repensar as práticas de como lidar com a surdez na escolarização das pessoas surdas, torna-se urgente mostrar a elas que a dificuldade de aprendizagem não vem delas, mas sim do modo como a escola através de práticas pedagógicas possam ensiná-los (SILVA, 2007).

3 | MATERIAIS E MÉTODOS

O presente artigo foi desenvolvido por meio de estudo qualitativo que consiste em um processo que, “utiliza a coleta de dados sem medição numérica para descobrir ou aperfeiçoar questão de pesquisa, e pode ou não provar hipóteses em seu processo de interpretação” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006, p.05).

A partir do método qualitativo foi utilizada como procedimento metodológico, a pesquisa bibliográfica através de livros, artigos e legislações referentes à educação de surdos com o intuito de compreender a importância da formação de intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no ensino básico para o desenvolvimento da comunicação e

expressão das crianças surdas.

Quando investigamos o entendimento das pessoas a respeito de vários fenômenos, conceitos e princípios, nós repetidamente achamos que cada fenômeno, conceito ou princípio pode ser entendido qualitativamente de diferentes maneiras (MARTON, 1986, p.31).

Após leituras referentes à formação de intérpretes para educação de surdos, foi realizado um levantamento qualitativo, num estudo exploratório de modo a expor fundamentos plausíveis, relatando o ponto de vista dos autores pesquisados, bem como as legislações relacionadas com o tema, identificando quais as dificuldades desses profissionais em atender as necessidades dos estudantes surdos.

Conforme conforme GIL (2008), este tipo de pesquisa serve para nos familiarizarmos com fenômenos relativamente desconhecidos e até mesmo para revelar ao pesquisador novas fontes de informação. Geralmente as pesquisas qualitativas estão associadas aos estudos exploratórios e quase sempre são feitas com levantamento bibliográfico e estudo de caso.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pode-se dizer que entre as principais conquistas da comunidade surda, estão as vitórias legais, que contam com três importantes leis: a lei nº 10.436 (2002), que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como forma legal de comunicação; a lei nº 5.626 (2005), que exige o cumprimento da educação bilíngue (Libras e língua portuguesa na modalidade escrita); e a nº 12.319 (2010), que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete de Libras.

O contato com os intérpretes foi muito importante para o desenvolvimento educacional. A existência da Libras possibilita que o aluno surdo a se comunicar e ter um papel ativo na sociedade. De fato, as melhoras são indiscutíveis. Entretanto, sempre deve-se trabalhar com o estímulo da educação bilíngue, essencial para que, desde cedo, o surdo possa começar a se expressar e iniciar sua vida educacional e profissional.

O preconceito e a inacessibilidade pública são dois pontos centrais e responsáveis por dificultar o dia a dia das pessoas surdas. Ainda existem pessoas que discriminam o surdo, que enxergam a deficiência como exceção, condição a ser superada ou corrigida, e não como diversidade e valorização do respeito às diferenças. Essa é uma visão capacitista que deve ser anulada”, alerta.

Ainda se tem muito que lutar para alcançar a vida sem exclusão e o surdo como cidadão livre e sem preconceitos, que não estejam à margem da sociedade, mas no meio dela, pois eles fazem parte deste todo.

Crianças nas séries iniciais já deveriam receber incentivos das escolas ao uso de libras, para que desde cedo as crianças aprendessem a viver com à aceitação das

diferenças. Como também é de suma importância a qualificação dos professores, para que junto ao intérprete proporcione uma educação de qualidade.

Neste sentido, é necessário fazer uma ação-reflexão-ação permanente a acerca deste tema, visando à inclusão escolar das pessoas com surdez, tendo em vista a sua capacidade de freqüentar e aprender em escolas comuns, contra o discurso da exclusão escolar e a favor de novas práticas educacionais na escola comum brasileira.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O paradigma da inclusão remete a pensar as questões do acesso e da qualidade na educação, chamando atenção dos sistemas de ensino para a necessidade de uma nova organização dos espaços educacionais a partir de uma visão abrangente do currículo, com vistas à eliminação das barreiras que dificultam ou impedem a participação e a aprendizagem de todos na escola.

Neste sentido, a política de educação inclusiva pressupõe o desenvolvimento de ações estruturadas para atender as especificidades de cada aluno no processo educacional, dentre elas, a ampliação da oferta de recursos e serviços que assegurem condições de acessibilidade às pessoas com necessidades educacionais especiais.

O reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais – Libras, em abril de 2002, e sua recente regulamentação, conforme o decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, legitimam a atuação e a formação profissional de tradutores e intérpretes de Libras e Língua Portuguesa. Garante ainda a obrigatoriedade do ensino de Libras na educação básica e no ensino superior - cursos de licenciatura e de Fonoaudiologia e regulamenta a formação de professores da Libras, o que abre um amplo espaço, nunca antes alcançado, para a discussão sobre a educação das pessoas com surdez, suas formas de ocorrência e socialização.

O princípio da acessibilidade está presente na concepção que orienta a construção da escola inclusiva, indicando a sua dimensão transversal que contrapõe a existência de sistemas paralelos de ensino especial e ensino regular e passa a planejar as escolas com ambientes acessíveis e sem discriminação, que garantam os direitos de cidadania e atenção à diversidade humana.

As questões aqui levantadas servem ainda de ponto de partida para outros questionamentos, como aqueles que envolvem o fazer docente diante de um estudante surdo, da formação de intérpretes profissionais, da importância das políticas públicas para a inclusão, da representatividade das pessoas surdas nos espaços escolares e se sua formação é eficaz e de que forma a terceirização pode contribuir para o sucateamento do ensino público.

A inclusão é a forma de uma sociedade justa, democrática, igualitária. Assim como os avanços devem ser comemorados não só por aqueles que são beneficiados, os

retrocessos também devem ser denunciados e combatidos.

O desafio da acessibilidade está colocado para a educação, seus pressupostos não estão restritos ao trabalho de determinados profissionais, mas estão direcionados para toda escola e sociedade. Sua efetivação requer eliminar os preconceitos, exigindo mudança de atitude em relação às diferenças: a adequação das estruturas físicas que permitam a circulação e mobilidade segundo os critérios de acessibilidade; o acesso às tecnologias, aos códigos e às linguagens que possibilitem formas diferenciadas de comunicação; e a alteração das práticas pedagógicas que promovam a interação e valorizem as diferentes formas de construção do conhecimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436/02. Brasília: Senado Federal, 2005.

_____. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1994.

_____. Leis e Decretos. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

CANIVEZ, Patrice. **Educar o cidadão?** Campinas: Papirus, 1991.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUERRA, Gleidis Roberta. **Legislação e Políticas Públicas de Inclusão e Multiculturalidade**. Valinhos, 2016

_____. **Escolarização do aluno com deficiência auditiva**: estudo comparativo entre alunos do ensino regular e do ensino especial. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo – Escola Paulista de Medicina; 2005. 93f.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda** – linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 2ª ed. São Paulo: Plexus, 1997.

GOLDFELD, **A criança surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sóciointeracionista. 2 ed. São Paulo: Plexus, 2002.

Mantoan, Maria Teresa Eglér. Inclusão promove a justiça, Revista Nova Escola. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/902/inclusao-promove-a-justica> Acesso em: 01 de mai. 2022.

OLIVEIRA, Q. M. de.; FIGUEIREDO, F. J. Q. de. Aprendizagem de libras e português em contexto de tandem: um estudo realizado com uma aluna surda e uma aluna ouvinte da Universidade Federal de Tocantins. **Caderno Seminal Digital**, v. 28, n. 28, 2017

QUADROS, R.M.; PIZZIO, A.L.; REZENDE, P.L.F. Língua Brasileira de Sinais I. Florianópolis. 2009. Disponível em: <http://libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificica/linguaBrasileiraDeSin>. Acessado em: 01 de mai. 2022.

QUADROS, R. M. de. **Educação de Surdos**: aquisição de linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

SANTOS, Antonio Raimundo. Metodologia Científica: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Hernández; LUCIO, Pilar Baptista. Metodologia de Pesquisa. Tradução de Fátima Conceição Murad, Melissa Kassner, Sheila Clara Dystyler Ladeira. 3. ed. São Paulo: Mc Graw-Hill, 2006.

SANCHES, Sandra Maria Lang. Um histórico da evolução da língua de sinais e sua importância na educação de surdos. Disponível em: http://www.dainf.ct.utfpr.edu.br/~ionildo/papers/TCC_Sandra-Libras.pdf Acesso em: 30 de jun. de 2022.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 3 ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abandono escolar precoce 51

Acessibilidade 15, 16, 17, 18, 43, 44, 47, 48, 64, 65, 69, 70, 73, 106, 110

Acessibilidade e diversidade 64, 65, 69, 70, 73

AEE 4, 6, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25

Agenda 2030 1, 3, 6, 9, 10, 11

Alunos 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 21, 22, 24, 38, 39, 40, 42, 44, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 71, 72, 86, 87, 88, 97, 98, 103, 105, 106, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121

Aprendizado 6, 52, 69, 72, 88, 99, 100, 101, 102, 110, 111, 116, 117, 118, 119

Aprendizagem 3, 6, 9, 10, 12, 14, 15, 19, 21, 22, 38, 39, 41, 44, 45, 47, 48, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 87, 98, 99, 103, 107, 109, 117, 118, 119, 120

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Belém (APAE) 71

Atendimento educacional especializado 5, 6, 13, 14, 15, 16, 18, 20, 21, 23, 24, 25, 44, 104, 107

Atividades lúdicas 109, 120

Autismo 3, 6, 11, 12, 98, 99, 100, 102, 103, 107, 108, 113

Auxiliares auditivos 28, 29

Avaliação diagnóstica 50, 51, 55

C

Capacidades intelectuais 55

Cidadania 1, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 43, 47, 67, 72, 82, 86, 88, 89, 105, 110

Cidadania global 1, 2, 3, 6, 8, 9, 10, 11, 12

Comportamento adaptativo 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63

Conteúdos curriculares 43, 52

D

Deficiência 5, 6, 7, 12, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 39, 40, 41, 42, 44, 46, 48, 50, 51, 52, 53, 64, 65, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 91, 92, 93, 94, 96, 98, 100, 104, 106, 109, 110, 111, 117, 118, 119, 120, 121

Deficientes adquiridos 91, 93, 95

Deficientes congênitos 91, 92, 93, 94, 95, 96

Diálogo 1, 23, 50, 51, 90

Discapacidade auditiva 26, 27, 28, 29, 34, 35, 36

Diversidade 2, 3, 9, 17, 24, 44, 46, 47, 64, 65, 69, 70, 73, 76, 78, 82, 83, 87, 90

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 56, 65, 66, 67, 68, 71, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 94, 97, 98, 99, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 116, 118, 119, 120, 121, 122

Educação das relações étnico-raciais 76, 78, 88, 89

Educação especial 1, 3, 4, 5, 7, 8, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 38, 39, 40, 42, 56, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 120, 121, 122

Educação inclusiva 3, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 14, 15, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 40, 44, 47, 50, 51, 77, 98, 104, 105, 106, 107, 111, 116, 119, 121

Ensino de Ciências 50, 109, 117, 119, 120, 121

Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira 88, 89

Escola 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 23, 38, 39, 41, 45, 47, 48, 51, 53, 54, 55, 56, 62, 66, 74, 76, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 98, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 110, 113, 120

Escolas regulares 1, 3, 4, 10, 13, 14, 15, 44

Espaço universitário 64, 65, 69, 70, 73

Estatuto da pessoa com deficiência 24, 68, 74, 119

Estudantes 2, 3, 4, 9, 10, 12, 15, 17, 18, 23, 39, 46, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 102, 109, 111, 117, 118, 119, 120, 121

Exclusão escolar 47

F

Formação 7, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 65, 67, 70, 71, 76, 77, 81, 83, 85, 86, 87, 88, 98, 99, 105, 120

G

Global 1, 2, 3, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 121

I

Implante coclear 29, 32

Inclusão 3, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 14, 16, 17, 21, 23, 24, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 68, 71, 72, 74, 76, 78, 80, 83, 91, 95, 97, 98, 99, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 116, 119, 120, 121

Inclusão ao mercado de trabalho 95

Inclusión 26, 27, 32, 33, 34, 35, 36, 37

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas 64, 65, 69

Integração 17, 40, 68, 89, 102, 118, 120, 122

Intérprete de LIBRAS 39, 42

Intervenção educativa 99, 119, 120

L

Lei das cotas 91, 94, 95, 96

Lei do Ventre Livre 79

Lenguaje oral 26, 27, 29, 34, 35

LIBRAS 17, 18, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 118, 122

N

Na perspectiva da educação inclusiva 14, 15, 17, 18, 50, 106, 107

Negro no espaço escolar 78, 80, 82, 83

O

Ouvintes 38, 42, 44, 45

P

Perspectiva da educação inclusiva 14, 15, 17, 18, 50, 106, 107

Pessoa com deficiência 5, 6, 24, 40, 64, 68, 74, 91, 94, 96, 110, 119

Política nacional de educação especial 12, 14, 15, 17, 23, 106

Políticas educacionais inclusivas 1, 10

Políticas públicas educacionais 1, 4, 12

Procesos cognitivos 26

Processo de inclusão 41, 83, 105

Professores 4, 7, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 38, 39, 43, 47, 62, 65, 67, 68, 69, 71, 77, 78, 82, 86, 87, 89, 98, 102, 105, 116, 117, 118, 119

Programas de ensino 52

Projeto de extensão 64, 65, 68, 69, 73

Próteses auditivas 29

R

Reabilitados 91, 93, 94, 95

Redemocratização 66, 82, 105

Relações étnico-raciais 76, 77, 78, 83, 84, 86, 88, 89

S

Sala de aula 8, 10, 15, 16, 19, 39, 45, 65, 71, 88, 97, 98, 99, 102, 104, 116, 117, 119

Síndrome de Asperger 97, 98, 99, 100, 103, 106, 108

T

TEA 1, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 120

Terapia auditiva-oral 34

Terapia auditiva verbal 26

Transtorno do espectro autista 1, 4, 7, 9, 11, 120

U

Unesco 1, 2, 3, 8, 9, 10, 12, 15, 24, 32, 90

Universidade Federal do Pará 64, 65, 75

V

Vulnerabilidade socioeconômica 64, 69

🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

COMPREENDENDO O PROCESSO DE INCLUSÃO



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

COMPREENDENDO O PROCESSO DE INCLUSÃO

